

3.2 A teoria tradicional e a Biblioteconomia

Antes de se chegar a outras fundamentações teóricas, cabe deixar claro o que se entende por **teoria tradicional**, ou, mais especificamente, por **positivismo**. A preocupação se deve ao fato de haver, neste estudo, um pressuposto de vínculos estreitos entre essa concepção e as normas e os arcabouços teóricos sobre a representação bibliográfica, assim como o próprio modo de abordar, visualizar e definir os registros sonoros. Não se pretende, de forma alguma, um levantamento exaustivo da bibliografia sobre o tema, inclusive objeto de polêmicas. Foram selecionados apenas quatro autores (Löwy, Horkheimer como interpretado por Freitag, Pucci e Mostafa), por sua clareza, profundidade e ligação com nossa área (como no caso de Mostafa).

Löwy (1994, p. 17) caracteriza o positivismo como *“fundamentado num certo número de premissas que estruturam um ‘sistema’ coerente e operacional:*

1. *A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.*
2. *A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como ‘naturalismo positivista’) e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pela ciência da natureza.*
3. *As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.”*

Horkheimer, em seu denso texto *Teoria tradicional e teoria crítica* (1991 [original de 1937], p. 31-68), expôs suas críticas às correntes originadas em Descartes, às quais denominou “teoria tradicional”. Resumindo esse texto e outros sobre o mesmo assunto, Freitag (1994, p. 38) o explica como segue:

“Na interpretação de Horkheimer, a teoria tradicional, que se estende do pensamento filosófico de Descartes à filosofia e ciências modernas, se preocupa em formar sentenças que definem conceitos universais. Para tal procede dedutiva ou indutivamente e defende o princípio da identidade, condenando a contradição. As manifestações empíricas da natureza e da sociedade devem e podem, segundo essa orientação teórica, ser subsumidas nas sentenças gerais, encaixando-se no sistema teórico montado a priori (com auxílio da dedução) ou a posteriori (através da indução).

Entre as sentenças gerais e os fatos empíricos existe uma hierarquia de famílias e espécies de conceitos, à semelhança da moderna biologia, estabelecendo-se em todos os momentos uma relação de subordinação e integração. Os fatos se tornam casos singulares, exemplos ou

concretizações do conceito ou da lei geral.”

Pucci (1995, p. 23, 24) identifica o papel da teoria tradicional com vistas à dominação:

“Na leitura de Adorno e Horkheimer, a Razão Iluminista, desenvolvida pela burguesia desde os inícios da era moderna, continha em sua afirmação primeira as dimensões emancipatória e instrumental, a segunda integrada e a serviço da primeira. A emancipação do homem estava vinculada à emancipação da natureza, sob a orientação da Razão. A burguesia, porém, na medida em que foi impondo seu domínio às outras classes sociais, foi ofuscando a dimensão emancipatória da Razão e privilegiando sua dimensão instrumental. A ciência, a tecnologia, o conhecimento, sonhados pelos primeiros pensadores modernos como possibilidade de minorar os sofrimentos dos homens, de instrumentalizá-los para a criação de um novo mundo, vão perdendo cada vez mais seu potencial libertário. [...] E a sociedade unidimensional, liderada pelos técnicos e pela ciência, se transformou em instrumento de produção e de dominação. [...]

O texto Conceito de Iluminismo caracteriza bem a constituição da Razão Instrumental, mostrando que o Iluminismo deixou de lado a exigência clássica de pensar o pensamento, que o procedimento matemático se transformou no cânone, transformando o pensamento em coisa, em ferramenta. As dimensões críticas, chamadas subjetivas, da Razão são abandonadas como pré-conceitos e ideologias”.

Mostafa, em sua tese *A epistemologia da biblioteconomia* (1985, p. 5), denominou “*polêmica ciência-arte*” às divergências (estéreis, segundo a autora) entre teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, caracterizando-os:

“Na corrente humanista [Biblioteconomia], filosofar sobre a biblioteconomia é repor a questão dos fins, das finalidades. [...] Na corrente cientificista [Ciência da Informação], filosofar sobre a biblioteconomia é reduzir a filosofia aos métodos, à questão metodológica, já que à ciência não interessam os fins.”

Na verdade, Mostafa (1985, p. 6) considera ambas as correntes como de mesma origem kantiana, ou neokantiana. Parece claro estar a Ciência da Informação estreitamente vinculada à teoria tradicional, por sua crença no distanciamento e na neutralidade do profissional, na objetividade dos estudos, na redução dos fenômenos observados a fórmulas matemáticas (Lei de Bradford, por exemplo, entre inúmeras outras). Acima de tudo, tem-se pautado pela busca de explicações teóricas gerais, de “leis universais”, dentro dos padrões vigentes do cientificismo asséptico.

No caso da Biblioteconomia, Mostafa (1985, p. 60) aponta – de forma eloquente – suas características positivistas:

“O credo bibliotecário de ser um guardião do conhecimento ‘sem política, sem religião, sem moral’ é revelador da neutralidade científica (pressuposto absoluto do positivismo) implícito na própria organização do conhecimento, onde os conteúdos são dispostos linearmente, possuindo todos o mesmo valor, o mesmo grau de relevância e objetividade [...]; ao bibliotecário importa dispor os conteúdos (mesmo que ele passe de uma classificação aristotélica de Dewey para sistemas pós-coordenados); dispondo positivisticamente esse conteúdo, o bibliotecário reza outro credo do ideário informacional: servir a instituição patronal à qual a biblioteca se subordina, por onde ela orienta todo o seu processo de seleção, compondo as coleções sempre sob rigorosa adequação aos objetivos da organização mantenedora (de todos os credos, a compatibilidade da política de aquisição com os objetivos organizacionais é de consenso absoluto).”

Em suma, Mostafa identificou a teoria tradicional em todas as etapas da prática bibliotecária: seleção e aquisição, representação bibliográfica e disseminação. Esta última, embora não citada no parágrafo acima, se encontra implícita, tanto nos produtos da representação (catálogos, por exemplo), como à conta dos mecanismos oriundos da Ciência da Informação (estudos de uso e usuários, por exemplo). Também se verificam as características positivistas nas próprias definições tautológicas utilizadas na representação; é o caso de Weihs – como lembrado, em conversa, por Ramos-de-Oliveira – e sua definição de materiais “não-livros”: aqueles que não são livros (cf. cap. 3, p. 16 acima). As limitações intrínsecas à teoria tradicional se refletem nas limitações de nossas práticas e teorias, impedindo que as bibliotecas cumpram sua função transformadora.

No entanto, é importante salientar que os autores citados não excluem a validade das técnicas e metodologias utilizadas pela teoria tradicional; porém, questionam a pseudo-neutralidade, a escolha do problema de pesquisa, o enfoque a lhe ser dado e, nas palavras de Freitag (1994, p. 46), a atribuição *“ao método (isto é, às regras da lógica formal e situacional) o papel predominante no processo do conhecimento”*.